



VPSHR

VOLUNTARY PRINCIPLES
SECURITY
AND HUMAN RIGHTS

IN MOZAMBIQUE *BULLETIN*

PLATFORM FOR DIALOGUE ON BUSINESS, SECURITY AND HUMAN RIGHTS IN CABO DELGADO

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA | www.cddmoz.org

Segunda - feira, 11 de Abril de 2022 | Ano 1, n.º 19 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

Lançado Grupo Técnico de Cabo Delgado sobre os Princípios Voluntários e o estudo de base sobre segurança e Direitos Humanos na província

- No âmbito de implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos em Moçambique, foi lançado, no dia 31 de Março, o Grupo de Trabalho Provincial de Cabo Delgado, com enfoque em questões operacionais, incluindo o diálogo, o engajamento de stakeholders, a participação comunitária e a mitigação de incidentes de violação dos direitos humanos nas comunidades. A estrutura do Grupo Técnico de Trabalho sobre os Princípios Voluntários inclui autoridades da província de Cabo Delgado; o sector privado nacional e internacional activo em Cabo Delgado; a sociedade civil de Cabo Delgado e observadores.



Tal como acontece com o Grupo de Trabalho Nacional sobre os Princípios Voluntários, a coordenação do Grupo Técnico de Cabo Delgado também será feita pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, apoiado pelo Ministério da Defesa Nacional, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) será responsável pelo Secretariado e o Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF) vai prestar a assistência técnica. A implementação efectiva dos Princípios Voluntários em Moçambique conta com o apoio do Alto Comissariado Britânico em Moçambique e da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação.

O lançamento do Grupo de Trabalho Provincial é o culminar de vários meses de reuniões preparatórias e actividades de investigação, que incluíram investigação e análise para um estudo de base sobre a situação de Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado e consultas com autoridades da província. O lançamento do grupo de Cabo Delgado aconteceu quatro (4) meses depois do estabelecimento do Grupo de Trabalho Nacional e um mês de-

pois da realização da primeira reunião técnica que definiu os termos de referência do grupo e o seu plano anual de trabalho.

A cerimónia de lançamento do Grupo Técnico de Cabo Delgado contou com a presença de diversas personalidades, com destaque para o Secretário de Estado da Província de Cabo Delgado, António Supeia; Governador da Província de Cabo Delgado, Valige Tauabo; Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Manuel Didier Malunga; Representante do Ministério da Defesa Nacional, Brigadeiro Zaqueu Barasá; Representante do Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF), Alan Bryden; Representante do Alto Comissariado Britânico em Moçambique, Seuan Davidson; Representante da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação, Jean Mathieu; Representante da TotalEnergies, Delphine Fauque; Representante da Fundação Agha Khan, Rahim Bangy; Representante da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ADIN), Prof João Machatine; e representantes da sociedade civil.



Estudo de base revela desafios e oportunidades para a implementação dos Princípios Voluntários

Seguindo as boas práticas internacionais sobre o estabelecimento de grupos de trabalho e estruturas de diálogo de diversas partes interessadas, o CDD e o DCAF encomendaram um estudo de base sobre a implementação dos Princípios Voluntários e o mapeamento de questões especificamente para Cabo Delgado. As conclusões destinam-se a fornecer elementos de reflexão e uma base para a discussão entre os membros e parceiros do Grupo de Trabalho Provincial sobre os Princípios Voluntários.

O estudo de base sobre a implementação dos Princípios Voluntários identificou um ambiente de segurança complexo, com um conflito activo em algumas zonas de Cabo Delgado, com ocorrência de abusos de Direitos Humanos, deslocamento forçado de populações, agravamento da crise humanitária e degradação contínua das condições socioeconómicas.

Das empresas internacionais envolvidas nos projectos de gás natural, pedras preciosas (rubis), grafite e mineração de ouro, apenas a TotalEnergies e a Gemfields (extraí rubis através da sua subsidiária Montepuez Ruby Mining) têm sido as mais avançadas nas suas operações comerciais, desenvolvendo programas voltados para a comunidade, juntamente com uma programação significativa sobre os Princípios Voluntários para melhorar as normas de segurança e Direitos Humanos dos seus provedores de segurança públicos e privados.

O impacto do conflito em Cabo Delgado levou a TotalEnergies a evacuar o seu acampamento e a suspender as actividades de construção de GNL na península de Afungi, declarando força maior no dia 26 de Abril de 2021. As fraquezas na governação do sector da segurança - formação eficaz, equipamento, supervisão e responsabilização das Forças de Defesa e Segurança - levantam desafios comuns às empresas internacionais que contratam forças de segurança nacionais em Cabo Delgado, situação que acaba afectando os seus investimentos.

Existem outras fraquezas no acesso à justiça, em parte devido aos desafios relacionados com a independência do poder judicial e à ausência de estruturas essenciais do Estado



Valige Tauabo, Governador de Cabo Delgado



António Supeia, Secretário de Estado de Cabo Delgado

de Direito Democrático em Cabo Delgado, o que propiciou um ambiente de contínua falta de responsabilização das forças de segurança. Embora a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) seja um defensor activo dos Direitos Humanos, ela não tem autoridade para processar os abusos e deve remeter os casos ao sistema judicial.

Em Cabo Delgado, o acesso às comunidades para consultas e envolvimento é limitado devido às deslocações decorrentes do conflito. Isso



Seuan Davidson, Alto Comissariado Britânico em Moçambique



Prof João Machatine, ADIN



Alan Bryden, DCAF



Manuel Didier Malunga, Secretário Permanente do Ministério da Justiça

dificulta a realização de consultas significativas com mulheres, crianças, e outros grupos vulneráveis para compreender as suas experiências e necessidades.

O estudo de base também identificou oportunidades para a implementação dos Princípios Voluntários em Cabo Delgado. Por exemplo, uma plataforma multisectorial para o diálogo sobre os Princípios Voluntários que trata de negócios, segurança e Direitos Humanos fornece uma oportunidade importante para identificar, prevenir e abordar preocupações de segurança e Direitos Humanos através da estrutura dos Princípios Voluntários.

É necessária uma presença permanente em Pemba para facilitar consultas regulares das partes interessadas, a fim de criar confiança no processo e nos organizadores dos grupos de trabalho. O diálogo deve incluir uma vasta gama de intervenientes. Por exemplo, a participação activa da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN) será importante para alcançar a coerência e a sustentabilidade das soluções.

A participação de outros intervenientes deve ser analisada cuidadosamente. Deve ser ponderada uma abordagem que se concentre no envolvimento comunitário e na resolução de



Brigadeiro Anastácio Zaquau Barassá



Joana Martins, Voluntários Anónimos de Moçambique



problemas em distritos específicos onde estão presentes investimentos multinacionais (Montepuez e Palma) para transmitir as preocupações à capital provincial (Pemba), e subsequentemente ao nível nacional (Maputo).

A formação em Direitos Humanos, tanto das forças de segurança pública destacadas para proteger as operações empresariais multinacionais como das forças de segurança destacadas no contexto da resolução de conflitos violentos em Cabo Delgado, deverá ser ainda mais harmonizada a fim de alcançar melhorias sustentáveis no comportamento das tropas. Harmonização semelhante e elevação dos pa-

drões de formação deve ser igualmente considerada em relação aos agentes de segurança privados empregues pelas empresas.

É necessário um enfoque adicional na criação de ligações entre mecanismos operacionais de queixas e a criação de instituições governamentais independentes de Direitos Humanos para melhor identificar riscos de violação de Direitos Humanos, com vista a uma melhor abordagem e reparação. Os Princípios Voluntários devem estar ligados a outros esforços dos doadores, Governo central, autoridades provinciais e sociedade civil para encontrar soluções integradas e melhorias para a seguran-



ça, o desenvolvimento e os Direitos Humanos em Cabo Delgado. As ligações estreitas entre o Grupo de Trabalho Nacional e Grupo de Trabalho Técnico de Cabo Delgado sobre os Princípios Voluntários devem ser mantidas.

Os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos constituem o principal padrão global para as empresas do sector extractivo identificarem e abordarem os riscos de segurança e de violação de Direitos Humanos. Os Princípios Voluntários são também uma iniciativa global de múltiplas partes interessadas, nomeadamente governos, sector privado e sociedade civil, empenhados em promover o diálogo e a resolução conjunta de problemas para melhorar a situação da segurança e dos Direitos Humanos em contextos da indústria extractiva.





INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

